



Universidade Federal de Sergipe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

HUGO MANOEL ANDRADE DE JESUS

**O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: CULTURA POLÍTICA NA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA A PARTIR DA JORNAL A
*TRIBUNA - SP***

São Cristóvão

2026

HUGO MANOEL ANDRADE DE JESUS

**O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL: CULTURA POLÍTICA NA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA A PARTIR DA JORNAL A
*TRIBUNA - SP***

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao departamento de História da
Universidade Federal de Sergipe - UFS, como
quesito parcial para obtenção do título de de
licenciado em história.

Orientador: D.r Jorge Luiz Zaluski

São Cristóvão

2026

Resumo: Esta pesquisa analisa o mito da democracia racial como ferramenta estratégica de legitimação política durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). O estudo argumenta que a retórica de harmonia racial foi utilizada pelo regime para ocultar o racismo estrutural e silenciar movimentos sociais, rotulando denúncias de discriminação como atos de "subversão" contra a unidade nacional. O foco da investigação recai sobre a cidade de Santos/SP e a atuação do jornal *A Tribuna*. Santos foi alvo de intensa repressão, simbolizada pelo uso do navio-presídio Raul Soares. Enquanto jornais concorrentes foram fechados, *A Tribuna* prosperou ao alinhar sua linha editorial aos interesses militares e à Doutrina de Segurança Nacional. A análise crítica de discursos entre 1964 e 1970 revela como o periódico validava o mito. Conclui-se que o regime militar aprofundou o racismo institucional sob o manto da cordialidade. A transição democrática brasileira é caracterizada como inacabada, pois a permanência desse mito e das estruturas de violência herdadas da ditadura continua a dificultar a consolidação de uma democracia plena e antirracista na atualidade.

Palavras chave: Racismo; Ditadura; Imprensa; Brasil; Política.

Abstract: This research analyzes the myth of racial democracy as a strategic tool for political legitimacy during the Brazilian military dictatorship (1964-1985). The study argues that the rhetoric of racial harmony was utilized by the regime to conceal structural racism and silence social movements, labeling denunciations of discrimination as acts of "subversion" against national unity. The investigation focuses on the city of Santos (SP) and the role of the newspaper *A Tribuna*. Santos was a target of intense repression, symbolized by the use of the prison ship *Raul Soares*. While competing newspapers were shut down, *A Tribuna* thrived by aligning its editorial line with military interests and the National Security Doctrine. A critical discourse analysis between 1964 and 1970 reveals how the periodical validated the myth. The study concludes that the military regime deepened institutional racism under the cloak of cordiality. Brazil's democratic transition is characterized as unfinished, as the persistence of this myth and the structures of violence inherited from the dictatorship continue to hinder the consolidation of a full, anti-racist democracy today.

Keywords: Racism; Dictatorship; Press; Brazil; Politics.

Lista de Figuras

Quadro 01	Imigrantes, emigrantes, e saldo líquido migratório segundo as regiões brasileiras (2000)	16
Figura 01	Discursos de intelectuais	21
Figura 02	Ocultação do racismo	23
Imagem 01	Redenção de Cam (1895), de Modesto Brocos	26
Figura 03	Um exemplo para justificar o mito	29
Figura 04	É apenas um mito?	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE SANTOS/SP (1930-1984)	11
IMPRESSA, CULTURA POLÍTICA E DITADURA	13
IMPRENSA E PARTIDOS POLÍTICOS	16
MILITARES E RACISMO	18
DISCURSO NA IMPRENSA PARA LEGITIMAR RACISMO	20
O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL EM EVIDÊNCIA	22
UM NEGRO E UMA CHANCE PARA REFORÇAR O MITO	28
O LUGAR DO NEGRO	32
CONSIDERAÇÕES	35
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

Em minha concepção o mito da democracia racial por si só é autoexplicativo, o termo “mito” já denuncia que é uma analogia folclórica. Devido às condições de formação sócio-histórica do Brasil, foi-se criando nesta sociedade um racismo estrutural que persiste até os dias de hoje. Dessa forma, governantes e ex-governantes do Brasil, principalmente os autoritários utilizam deste mito para legitimar uma união nacional, alegando que no país há uma harmonia étnica. Logo, esta alegação é inverídica, justamente pelo fato de que em uma sociedade que o racismo está engendrado em suas estruturas sociais, educacionais, trabalhistas e políticas. Torna-se impossível haver uma democracia racial. Portanto, utilizo a terminologia racial devido estarmos nos referindo às pessoas e é um equívoco diferenciá-las por “raça”. Segundo Joel Rufino dos Santos (1999), quando falamos em seres humanos só existe uma raça, que é a raça humana.

Neste viés, o mito surgiu ao longo do século XX, segundo Campos (2002), Arthur Ramos (médico psiquiatra, antropólogo, psicólogo social, folclorista) iniciou as discussões sobre tal temática. No qual, o próprio fez uma análise sobre a formação cultural do Brasil, ele apresenta o conceito de “aculturação” como processo dinâmico e bidirecional de troca e fusão entre culturas africanas, indígenas e europeias. Com ênfase na mistura cultural harmoniosa sendo um pilar para a ideia posterior do mito. Nesse sentido, Ramos (1946) expõe a miscigenação como algo positivo, como uma força integradora, negando a existência de conflitos e afirmando fluidez nas relações raciais no Brasil. Indicando um caminho harmonioso para a formação da identidade nacional brasileira. Dessa forma, Gilberto Freyre (2006) defende esta ideia em sua obra que é referência para compreender a formação social do Brasil, porém com alguns aspectos a serem questionados, como por exemplo a relação dos senhores de engenhos com as sinhás.

A partir deste contexto, surgiram a mim inquietações. No sentido de não ter lido ou lido de forma superficial a questão racial em um período de repressão e controle militar, em que houve demasiadamente omissões de informações e manipulação por parte dos militares. Daí, fiz a provocação a partir da tentativa em tentar identificar elementos que legitimam o mito da democracia racial no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985), sabendo que no referido contexto distintas ações foram desenvolvidas contra a população negra.

Dessa forma, a ditadura militar no Brasil (1964-1985) instaurou-se a partir do golpe de Estado que derrubou o então presidente da República João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro- PTB), fundamentado na retórica do combate à ameaça comunista e na preservação das instituições cristãs. Segundo Filho (2000) o levante contou com o apoio dos

Estados Unidos, que planejaram a *Operação Brother Sam* para garantir êxito dos golpistas. O regime construiu sua base legal através de Atos Institucionais, que permitiram ao Executivo cassar mandatos, extinguir partidos e impor eleições indiretas para a presidência.

O ápice do autoritarismo ocorreu com o AI-5 em 1968, marco que fechou o Congresso, institucionalizou a censura prévia e suspendeu garantias fundamentais como o *habeas corpus*. Ainda na perspectiva de Filho (2000) durante o que é considerado como anos de chumbo, o Estado utilizou um vasto aparato repressivo, como o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna DOI-CODI, para perseguir oponentes, resultando em milhares de casos de tortura, assassinatos e o desaparecimento de corpos. No campo econômico, a ditadura promoveu o Milagre Econômico, período de crescimento acelerado do Produto Interno Bruto - PIB que, todavia, aprofundou a concentração de renda, o arrocho salarial e a dívida externa. A propaganda oficial tentava ocultar essa realidade e a corrupção interna sob uma ênfase nacionalista e patrióticas. Junto disso, tal empreendimento serviu de discurso para estampar as mídias da época, sendo o milagre possível de ser experienciado por poucos, o tom ufanista serviu como um atrativo para intensificar o processo migratório para o eixo Rio-São Paulo, por concentrarem o maior incentivo a tal empreendimento, como despertarem maior interesse, principalmente por parte de nordestinos, dos quais, justamente pelo suposto milagre econômico ser projetado majoritariamente para a região sudeste. Logo, o nordeste foi excluído da possibilidade de participação, ao menos para a grande maioria pobre, negra e periférica (Gonzalez, 2020).

A resistência ao regime foi heterogênea, englobando desde movimentos estudantis e greves operárias até a luta armada de grupos de esquerda, que foi duramente dizimada por uma violência estatal desproporcional. A partir de 1974, pressionada pela crise econômica e pelo desgaste político, os militares iniciaram uma distensão lenta, gradual e segura. Segundo Filho (2000) um passo crucial foi a Lei de Anistia de 1979, que, embora tenha permitido a volta de exilados, foi desenhada para garantir a impunidade dos agentes estatais responsáveis por violações aos direitos humanos.

Neste viés, a ditadura encerrou-se em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves, após a derrota da emenda pelas eleições diretas no movimento Diretas Já. O desfecho foi uma transição negociada que preservou a autonomia das Forças Armadas e evitou o julgamento de criminosos do regime. Esse processo legou uma democracia precária, onde a política de esquecimento e a ausência de punições dificultam a consolidação plena de valores democráticos na sociedade brasileira

Por conseguinte, o período da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), especialmente após seu endurecimento a partir de 1966, oferece uma oportunidade crítica para se analisar a ressignificação desse mito. Para Fico (2003) em um contexto de repressão política, censura sistemática e supressão de direitos fundamentais, a exaltação da suposta harmonia racial assume novas funções discursivas. Assim, funcionou como elemento de legitimação simbólica do regime, desviando o foco das contradições sociais e políticas sob o argumento de uma suposta unidade étnico-cultural da nação. Ao vincular a identidade brasileira à ideia de uma convivência racial pacífica e naturalizada, o Estado autoritário buscava construir uma imagem de coesão interna e apagar tensões que desafiavam sua narrativa instituída desde a implementação da república, sustentada pelas palavras de ordem e progresso.

Ademais, ideologias extremistas na atual sociedade brasileira usam o mito da democracia racial para trazer a ideia de que todos vivemos em harmonia. Logo, quando são questionados a fatos pontuais como por exemplo: Os negros ocupando pouco espaço na política, em cargos de alta relevância, entre outros fatores, prontamente, a questão racial é silenciada por esses extremistas, alegando que os negros ainda não tiveram tempo o bastante para chegar em lugares de prestígios em um número maior, argumentando que esses lugares são ocupados por meritocracia.

Nesse sentido, a cidade de Santos/SP surge como local ideal para desenvolver este trabalho, pois, esta cidade é um dos maiores polos da classe operária do Brasil, na época, com grande número de migrações de retirantes nordestinos (majoritariamente negros e ascendentes de africanos) para trabalharem em fábricas e no Porto de Santos, e que a mão de obra braçal ainda era de grande necessidade. No qual os dados de migrações serão expostos ao longo da pesquisa. Segundo Ojea (2026) no governo Juscelino Kubitschek¹ (1946-1961) ele já tinha mapeado os líderes de greves que lutavam por melhores condições de trabalho e sua maioria negros, o que serviu de oportunidade para os militares, pois já sabiam quem eram os considerados subversivos para persegui-los e evitar que suas mobilizações alcançassem a maioria da população, por medo de tais mostrasse o que realmente estava ocorrendo com a população subalterna. Tais caminhos demarcam ações mobilizadas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) constituída pela Escola Superior de Guerra (ESG) do qual tanto buscava combater o considerado inimigo externo, em vista do contexto de Guerra Fria, como serviu de sustento para as ações contra os próprios

¹Juscelino Kubitschek, também conhecido pelas suas iniciais **JK**, foi um médico, oficial da Polícia Militar mineira e político brasileiro. Foi o 21.º Presidente do Brasil, entre 1956 e 1961.

brasileiros, intensificada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), instituído em 13 de junho de 1964 pela Lei nº 4.341.

Portanto, neste cenário a análise dos discursos produzidos sobre questões raciais e identidade nacional, permite compreender os mecanismos pelos quais o poder opera na construção de verdades sociais. Ao investigar como as representações raciais foram elaboradas e difundidas em um período marcado pela supressão de vozes dissidentes, torna-se possível compreender sobre a forma como se consolidou a invisibilidade do racismo no imaginário coletivo brasileiro. A perspectiva discursiva, ancorada em referenciais críticos, é, portanto, essencial para problematizar essas representações e seus efeitos históricos e sociais. Assim, guio-me pela premissa de como os discursos publicados no jornal *A Tribuna* abordaram as relações raciais e em que medida mobilizaram elementos associados ao mito da democracia racial para construir uma ideia de harmonia racial no Brasil durante o período de censura e repressão?

Pretensiosamente a pesquisa tem por objetivo central analisar como o jornal *A Tribuna* realizava seus discursos em relação aspectos do mito da democracia racial durante a ditadura militar brasileira, período de ferrenha repressão e censura à imprensa e como metas secundárias optei por: Examinar como o regime militar utilizava-se do discurso do mito da democracia para demonstrar e legitimar uma suposta harmonia racial no Brasil; Identificar como a população negra e branca era retratada nas manchetes de jornais e detectar através das publicações do jornal *A Tribuna* possíveis conivência com o regime ou crítica ao próprio.

Logo, diante de buscas no *Google Acadêmico* a partir do tema desta pesquisa, obtive 560 resultados, porém foram analisados 30 desses artigos encontrados, no qual, a seleção deu-se pelo fato desses trinta artigos conter maior número de palavras do tema da presente pesquisa. Assim utilizei cinco desses trabalhos, pois preencheu as lacunas que as obras do meu referencial teórico não suplementou, principalmente em relação a dados sobre a cidade de Santos/SP e sobre articulações políticas do jornal *A Tribuna*.

A cidade de Santos/SP possuía três jornais diários (*A tribuna*, *O Diário* e *Cidade de Santos*) porém, os dois últimos foram forçados a serem fechados devido à repressão dos militares. Logo o jornal escolhido como fonte foi *A tribuna*, pois, meu interesse por ele ocorreu devido se tratar de um grupo jornalístico que cresceu rapidamente comparado aos demais da sua época de fundação e local de circulação. Destacando o quesito da *Tribuna* começar com suas publicações semanais circulando oito edições ao mês, e no hiato de cinco anos ele tornou-se um jornal diário. Além disso, este foi o único jornal da baixada santista

que funcionou antes e depois da ditadura militar brasileira (1964-1985) sem se quer sofrer um ataque a suas instalações, no qual estamos falando de um dos momentos mais violentos da história da república brasileira principalmente contra os grupos de jornais e imprensa. Portanto ao contrário dos demais *A Tribuna* cresceu e aumentou suas produções neste período.

O recorte dos jornais serão analisados somente os disponíveis de forma *online* no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no período de 1964 a 1970 período com recortes no qual considero relevante para fundamentar esta pesquisa. Neste viés, a partir do recorte temporal do jornal *A Tribuna*, foi colocado na barra de pesquisa palavras chaves: harmonia racial, o mito da democracia real, preto, branco e negro. Desse levantamento obtive 157 resultados, porém analisei apenas 70. Desse levantamento inicial 10 encontrei em média dez edições por ano. Em vista da análise prévia, selecionei cinco recortes para fundamentar a pesquisa dos anos de 1967 e 1968, por considerar o período de maior repressão da ditadura militar brasileira. Para além de autores referências na temática.

A metodologia de análise do jornal, parte da teoria da Lucca (2008), no qual ela ressalta formação de um editorial, da edição de um jornal, não pode ser vista como uma literatura neutra, sem influências, ou seja, não existe uma exatidão ou inexatidão dos fatos, mas uma interpretação e criação de uma narrativa.

Sob esse viés, enquanto ofício do historiador, deve existir uma atenção voltada para os interesses dos próprios que produzem esse trabalho. O ato da escolha por uma manchete ou jornal em detrimento de outros, já expõe uma vulnerabilidade de escolha, um perigo eminente por adentrar nas armadilhas reservadas pela imprensa. Isso ocorre porque o interesse do pesquisador também está ligado ao mundo das interpretações, a busca pelo porquê de tal fato, a resposta direta da pergunta ou precisamente aquilo que queremos confirmar, o que pode ocasionar na relativização da realidade, além da conjuntura que aquela fonte impressa está inserida (Lucca, 2008).

Diante disso, fiz a junção com os aportes metodológicos da análise crítica do discurso a partir de Foucault (1996) em que na sua analogia a sua *a história da loucura* ele ressalta a relação entre os loucos que discursavam, porém suas vozes não eram ouvidas e nem levadas a sério, e aqueles que tinham poder e relevância, ao discursar eram capazes de mobilizar uma grande massa, cenário em que se encaixa o jornal.

Dessa forma, a pesquisa contribui, na questão de interdisciplinaridade engajando áreas como a história, comunicação, sociologia e estudos raciais. Relembrando memórias

desmontando narrativas revisionistas que idealizam o regime, assim abre caminhos para estudos futuros para os estudos sobre as ditaduras latino-americana e suas políticas raciais.

Outrossim, há grande contribuição social devido a tratar de uma temática que faz parte da formação do Brasil, trazendo questões de miscigenação, em que este país é multicultural, onde vivem pessoas de diversas culturas. Nesse sentido, ressaltamos também a importância do trabalho concentrado no início dos anos de chumbo da ditadura cívico militar brasileira, período de muitas lutas sociais por diversas classes, principalmente as lutas raciais a exemplo o movimento negro.

Ademais, ressalta-se a relevância para a sociedade atual do Brasil, um país que a população é formada majoritariamente por negros e persiste em episódios de racismo cotidiano. Daí a importância de nos aprofundarmos nessa temática, pesquisarmos e expormos resultados, para que tenhamos um país mais consciente, quando tratarmos da relação entre pessoas de etnias diferentes.

Portanto, esta pesquisa tem relevância social, porque apesar de ser um recorte pequeno em determinado período da história, reflete na sociedade atual, como também já refletiu em agremiações anteriores. Posto que, parte da sociedade política brasileira dissemina que vivemos em um país com democracia racial, assim, além do mito eles usam do termo da meritocracia para tentar justificar as posições dos brancos superiores aos dos negros.

Logo, esta pesquisa se dará por etapas: em primeira análise será feita uma contextualização da cidade de Santos/SP, do jornal *A Tribuna*, da ditadura militar (1964-1985) e da formação social e relações raciais no Brasil republicano; em seguida a análise haverá a intersecções do tripé democracia racial, ditadura e imprensa, relacionando e esquematizando como os discursos sobre esse grupo subalterno. Por fim, com todo este arcabouço analisado, centrado nas relações raciais, iremos obter como *A tribuna* reportava o mito da democracia racial, mobilizando discurso sob pressão dos militares ou por interesse políticos e econômicos.

CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE SANTOS/SP (1930-1984)

A experiência democrática de Santos é historicamente marcada por interrupções recorrentes. Segundo Araújo (2019) com a posse de Getúlio Vargas (Partido Republicano Rio Grandense - PRR) em 1930, no governo provisório, a cidade passou a ser comandada por uma junta governativa durante um mês e, posteriormente, por prefeitos nomeados pelo Governador do Estado até 1936. Em 1937, com o início do Estado Novo, Santos retornou ao

regime de prefeitos escolhidos pelo governador, período em que os santistas vivenciaram a falta de autonomia e um clima de medo constante.

Nesse período, Santos já demonstrava seu caráter combativo através de um movimento operário intenso. Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), estivadores santistas organizaram greves em protesto contra o governo de Francisco Franco, negando-se a operar navios espanhóis no porto, o que desrespeita a Constituição de 1937, que classificou a greve como um "recurso antissocial nocivo". O governo Vargas mantinha um forte aparato de controle, utilizando o DEOPS/SP para vigiar hotéis e pensões que pudessem abrigar elementos considerados "subversivos" que entrassem clandestinamente pelo porto.

A Segunda Guerra Mundial também alterou o cotidiano local enfatiza Araújo (2019) que devido ao alinhamento de Vargas com os Aliados, imigrantes japoneses, alemães e italianos foram obrigados a deixar a cidade, o que fez com que o bairro da Ponta da Praia, majoritariamente japonês, perdesse sua identidade original. O fim da Era Vargas em 1945 não trouxe a autonomia plena. No governo Dutra (Partido Social Democrático - PSD, 1946-1951), Santos foi declarada pelo Conselho de Segurança Nacional como base militar de suma importância, justificando a continuidade da nomeação de prefeitos. Nesse contexto de repressão anticomunista, 14 vereadores ligados ao PCB foram impedidos de tomar posse em 1947, no episódio conhecido como a "Câmara Vermelha". A cidade só obteve autonomia política efetiva entre 1953 e 1964, abrangendo os governos de Vargas (segundo mandato), JK e João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, 1961-1964), ressaltando que durante o governo de Juscelino Kubitschek (Partido Social Democrático - PSD, 1956-1961) as forças armadas brasileira fez um mapeamento dos operários lideranças de movimentos grevistas o que servirá de prato cheio para os militares .

O golpe de Estado de março de 1964 trouxe "sombras sobre Santos" que perduraram por décadas. Segundo Araújo (2019) a repressão foi imediata: em 24 de abril de 1964, o navio Raul Soares chegou à cidade para servir como presídio e centro de torturas. Relatos indicam que os presos eram levados ao convés e mantidos sob mira de metralhadoras enquanto helicópteros sobrevoavam suas cabeças, criando um estado constante de indefensão e risco de morte.

O novo regime realizou uma varredura de lideranças políticas, baseando-se em listas de monitoramento já integradas desde governos anteriores. Em Santos, o prefeito eleito José Gomes (PTB) teve seus direitos políticos cassados em 1964 por se opor publicamente à ditadura e foi encarcerado no Raul Soares. Em seu lugar, o regime nomeou o general

Fernando Hortalla Ridel. A cidade era alvo de vigilância extrema por ser portuária, ter um histórico de greves e ser rotulada como um "foco de comunistas".

A violência do período foi severa, conforme depoimentos colhidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), militantes como Rosemary Nogueira e Maria Amélia de Almeida Teles relataram torturas brutais, incluindo violência sexual e o uso de crianças (seus próprios filhos) como espectadores das sessões de suplício, práticas que o discurso oficial da época tentava obscurecer com a propaganda do milagre econômico.

A luta pela redemocratização em Santos convergiu com o movimento nacional pelas "Diretas-Já". Segundo Araújo (2019) em 3 de agosto de 1983, uma caravana de 180 moradores e vereadores do PMDB viajou a Brasília para pressionar o Senado pela restituição da autonomia política. Embora a sessão legislativa não tenha ocorrido por falta de quórum, a autonomia de Santos foi concedida por decreto-lei naquele mesmo dia. Santos foi a primeira das 106 cidades brasileiras classificadas como área de segurança nacional a conquistar esse direito.

A vitória final concretizou-se em 9 de julho de 1984, data de forte simbolismo para os paulistas, com a posse de Oswaldo Justo, encerrando 15 anos de governos nomeados (1969-1984). Essa conquista mostrou a força combativa da cidade, que conseguiu sua autonomia ainda durante a vigência formal da ditadura militar.

Portanto, o panorama histórico de Santos revela uma trajetória de resistência frente a interrupções democráticas sucessivas. A cidade passou de "Moscouzinha" brasileira, devido ao seu vigor operário, a um espaço de intensa repressão e tortura simbolizado pelo navio Raul Soares. Sendo fundamental observar essas rupturas e continuidades que um olhar apenas nacional poderia omitir. Hoje, ao viver o período mais longo de eleições diretas consecutivas, a memória da luta pela autonomia em 1984 permanece como um pilar essencial para a defesa da democracia contra discursos de ódio e retrocessos autoritários.

IMPRESSA, CULTURA POLÍTICA E DITADURA

O jornal *A Tribuna*, localizado na Cidade de Santos – SP, fundado em 26 de março de 1894, no qual foi publicada sua primeira edição, um jornal de quatro páginas e quase sem gravuras, circulando duas vezes por semana e presidido por Olympio Lima. Em março de 1896 o jornal passou a ser diário, embora o crescimento: ele detinha várias dívidas, sendo comprado pelo então Coronel Monjardim em 19 de julho de 1899. Mas após quatro meses o jornal foi a leilão judicial e arrematado por Manuel Teixeira de Souza, porém o próprio vem a falecer três anos depois e Manoel Vicente do Nascimento Júnior assume, com a chegada da

década de 1930 o jornal foi atacado pelos revoltosos liberais de 1930, em que saquearam a sede do jornal e o atearam fogo, mas, o jornal se reestruturou, implementando em sua redação “a rotativa koenig Bauer (...) ‘vinda da europa’ considerada a mais avançada até aquela data. De origem alemã, tinha capacidade para 64 páginas e tiragem de 20 mil exemplares a cada 60 minutos” (A Tribuna, 2019). Nesse sentido, após a morte de Manoel Vicente em 1944, Guisfredo Santini toma posse da direção.

Neste viés, para Arend (2014) entre as década de 1960 a 1980 às revistas e jornais exploram o “mito da imagem verdade fotográfica” no qual trazem imagem e caricaturas para ilustrar suas edições e ter aquilo como verdade, pois, a fotografia para época era uma das formas de se comprovar algo, devido a ser palpável e visível, mas a Arend questiona justamente este fato em que uma imagem não “fala” por si só, podendo retratar algo muito distorcido ao que aparenta ser. Assim a própria continua “a forma como produziram narrativas com o pressuposto de fixar o presente vivido com a história duradoura; e, finalmente, os significados que produziram de algumas das transformações culturais”(Arend, 2014, p. 8).

Outrossim, com o início da década de 1960, e instauração da ditadura militar no Brasil (1964-1985), *A Tribuna* continua a crescer expandindo para além da cidade de Santos/SP, abrangendo toda região metropolitana da baixada santista. “Embora as redações dos jornais da época sofressem todo tipo de pressão militar, *A Tribuna* continuava firme no sentido de ampliar sua estrutura” (A Tribuna, 2024). Assim, percebemos diante deste cenário que desde sua fundação *A Tribuna* não parou de crescer tanto na parte estrutural quanto de relevância e produção de seus periódicos. Em 1992 funda a TV Tribuna uma filial, no qual o grupo *A Tribuna* (2024) ²Afirma ser o maior meio de informações do litoral paulista e vale do ribeira, atingindo diretamente 2,2 milhões de pessoas. Segundo o ³Movimento Petroleiro (2014) estamos falando do maior e mais importante veículo de informações da Baixada Santista. No qual pertence à família Santini, grupo este com hegemonia na cidade supracitada, desde sua fundação em 26 de março de 1894 aos dias atuais. Neste viés, há uma preocupação no que discerne a uma agremiação ter controle sobre vários meios de comunicação. Nisto, há uma facilidade dos próprios disseminarem suas ideologias, sem que sejam contestados ou aqueles

²A Tribuna em comemoração aos avanços tecnológicos e maior alcance de espectadores.

³Fundado em 1950, a organização sindical e política dos trabalhadores da Petrobras, caracterizado por forte atuação na defesa da empresa estatal e por direitos trabalhistas, também fez frente à ditadura militar.

os quais os contestam não terem visibilidade o suficiente, devido a predominância majoritária de um grupo específico.

Para Fico (2003) a imprensa perante regimes autoritários antidemocráticos poderiam apoiar os tais, como por exemplo na ditadura militar no Brasil, em que vários grupos jornalísticos cresceram e multiplicaram seu patrimônio. Através da seguinte troca com os militares: os veículos de informações divulgavam as ideologias do regime como algo positivo, em troca recebiam altas quantias em dinheiro e privilégios dados pelo governo. Assim, parte da população repleta de informação disseminada por um grupo acabava se alienando, pois, não havia quem os contradissesse devido às circunstâncias ditatoriais.

Neste viés, há indícios de proximidade da família Santini com grupos políticos que mantinha relação com a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Divulgando ideologias dos militares pelo seu principal difusor de comunicação na época, que a princípio era o jornal *A Tribuna*, no qual publicava edições de jornais impressos diários. Disseminando informações que alcançava todas as classes, do pobre ao rico. Logo, vale ressaltar a teoria da Lucca (2008) que para ela publicações de matérias nunca são em vão, sempre há um propósito por trás no sentido de quem publicou, qual o objetivo explícito ou implícito em tais publicações, quais são os grupos e classe que deseja ser alcançado. Principalmente quando estamos tratando de um momento político com controle quase que total da imprensa, em alguns casos chegam a perseguir instituições contrárias à ditadura como também a destruição das próprias. Dessa forma *A Tribuna* com toda sua predominância na cidade de Santos – SP, exposto no primeiro parágrafo deste texto, ressaltado pelo Movimento Petroleiro (2014), que eram contra o regime e a classe alta brasileira, pois foram os operários que lutaram contra os militares ditadores por reformas de base no que tange aos interesses das classes proletária.

Portanto expressarei alguns fatores determinantes no qual fiquei convicto da relação do jornal *A Tribuna* à ditadura militar no Brasil. Iniciando pelo fato deste meio de comunicação está divulgando um suposto desenvolvimento econômico a partir de publicações de notas dos militares demonstrando apoio:

A palavra de ordem é esta: com a ajuda de todos transformar o processo brasileiro num desenvolvimento estável e duradouro. Os ministros da Fazenda e do Planejamento esperam ultrapassar o índice de 7% de progresso em 70 {...} O empresário confia. A juventude aguarda as transformações. O povo acredita sempre. O presidente sorri. É 70 que se inicia. O horizonte, do ano e da década, é o desenvolvimento. (*A Tribuna*, 1970 apud. Leoncini, 2025, p. 16)

Dessa forma, a notícia acima apresenta um dado de crescimento da classe empresarial. Segundo Valle (2003) apoiaram majoritariamente o golpe militar de 1964. Neste sentido, o jornal *A Tribuna* está no rol destes empresários, e de forma leviana noticiou que o Brasil, estava em crescimento econômico e sociedade brasileira estava bem, assim Vinicius de Moraes mostra totalmente o contrário, divulgando a situação dos trabalhadores rurais e operários em seus poemas *Os Homens da Terra* e *O Operário em Construção* (1962). Dessa forma, segue a tabela com resultados de migrações no Brasil, principalmente de pessoas negras nordestinas para o sudeste trabalharem em fábricas e indústrias.

Quadro 1 – Imigrantes, emigrantes e saldo líquido migratório segundo as regiões brasileiras (2000)

Regiões	Imigrantes	Emigrantes	Saldo líquido migratório
Norte	355.436	292.751	62.685
Nordeste	647.373	1.411.421	(-) 764.048
Sudeste	1.404.873	946.286	458.587
Sul	330.618	349.813	(-) 19.195
Centro-Oeste	625.246	363.275	261.971

Fonte: IBGE (Censo Demográfico – 2000) adaptado de Oliveira; Ervatti e Neill (2011) Nota: Exclusive imigrantes vindos de países estrangeiros.

Segundo Cassaniga (2025) a década de 1950 é marcada por movimentos migratórios rurais-urbanos e, em virtude, disso diversos fatores apontaram novos rumos das populações rurais, principalmente do Nordeste, tendo vista que tais migrações eram oriundas desde a década de 1930, pois, o fluxo já era forte no qual os nordestinos buscavam melhores condições de vida nas lavouras de café como bem define Cândido Portinari em sua Obra *Os Retirantes* (1944). Porém, com o desenvolvimento dos centros urbanos as imigrações tomaram rumos das cidades.

IMPrensa e Partidos Políticos

Após o golpe de 1964, o sistema partidário brasileiro foi profundamente alterado pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) de 1965, que extinguiu as legendas anteriores como o PTB, em

que segundo Ojea (2021) Tarquínio era filiado e instituiu o bipartidarismo com a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A Tribuna, consolidou-se como o veículo de maior tiragem e influência na Baixada Santista, mantendo uma linha editorial conservadora. O jornal demonstrou relações explicitamente com o golpe de Estado de 1964, referindo-se a ele em editoriais como uma "vitória esplêndida" das "forças democráticas" e reproduzindo o discurso oficial de combate à subversão e ao comunismo. Esse alinhamento ideológico aproximava o jornal dos ideais defendidos pela ARENA.

Para Ojea (2021) apesar de seu conservadorismo, *A Tribuna* precisava lidar com a realidade de Santos, uma cidade com forte tradição sindical e de oposição. Dentro do MDB, o jornal demonstrava uma clara preferência pela ala liderada por Mário Covas (MDB) em detrimento de Esmeraldo Tarquínio. O jornal via em ⁴Mário Covas, então deputado federal e líder da legenda, uma figura capaz de unir o partido. Antes da definição das candidaturas para o pleito de 1968, a vitória de Covas era dada como certa pelo jornal, caso ele aceitasse concorrer. Em contrapartida, a figura de Tarquínio era apresentada com reservas. O periódico chegava a sugerir que a candidatura de Tarquínio poderia causar uma luta interna no MDB e o descrevia como um possível desestabilizador da legenda.

Essa postura se manifestava também na cobertura de boatos. O jornal chegou a publicar informações sobre uma possível impugnação da candidatura de Tarquínio com base em seu passado (ele já havia sido acusado de ser comunista), tratando a possibilidade de sua cassação com uma naturalidade que poderia afastar eleitores. Não era dada a Tarquínio a mesma deferência ou espaço para defesa que a outros nomes da elite política.

A relação com a ARENA era pautada pelo apoio ao regime, mas enfrentava o desafio da baixa popularidade do partido em Santos. O próprio prefeito situacionista na época, Silvio Fernandes Lopes, admitia publicamente o favoritismo do MDB. Na eleição de 1968, a ARENA lançou Alfeu Brandão Praça como candidato único.

Segundo Ojea (2021) um aspecto crucial da relação do jornal com os partidos era a gestão do espaço publicitário. No dia da eleição, em 15 de novembro de 1968, a capa de *A Tribuna* foi dominada por anúncios políticos. A maior propaganda era de Alfeu Brandão Praça (ARENA), ocupando destaque central. O candidato Francisco Prado (MDB), visto como uma alternativa mais moderada dentro da oposição e apoiado por Covas para dividir

⁴ Mário Covas foi engenheiro e político brasileiro. Atuou como deputado, senador, prefeito e governador de São Paulo. Defendeu ética, transparência e responsabilidade pública. Filiado ao PSDB.

votos com Tarquínio através das sublegendas, também teve espaço privilegiado na capa e na última página.

Em contraste, a propaganda de Esmeraldo Tarquínio na edição do dia do pleito era modesta, sem foto e em formato de uma carta assinada, ocupando um espaço significativamente menor e menos oneroso. Isso evidencia que, embora o conteúdo jornalístico não fosse cobrado, o poder econômico dos partidos e candidatos influenciava a visibilidade no jornal.

Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968, a relação do jornal com os políticos de oposição tornou-se ainda mais cautelosa. Segundo Ojea (2021) o jornal justificou o ato como uma legítima defesa da "Revolução de Março". Políticos cassados pelo AI-5, como Mário Covas, passaram a ter seus nomes evitados nas páginas do periódico, sendo referidos apenas como "um parlamentar da Baixada". Em relação a Tarquínio, eleito mas ainda não empossado, o jornal passou a pressioná-lo por declarações políticas. Quando Tarquínio, sob pressão militar, deu declarações elogiando os Atos Complementares do AI-5, o jornal publicou um texto elogioso, tentando conciliar a postura incisiva do prefeito eleito com os novos mandamentos do regime.

A relação de *A Tribuna* com os partidos políticos durante o período de Esmeraldo Tarquínio foi instrumental e pragmática. O jornal atuou como um braço de sustentação ideológica da ditadura (alinhado à ARENA), mas manteve uma relação de proximidade com as elites do MDB especialmente a ala de Mário Covas, enquanto via com desconfiança a liderança popular de Tarquínio. Sua atuação flutuou entre o apoio ao autoritarismo federal e a defesa da autonomia municipal, demonstrando que o jornal era um ator político ativo que utilizava seu discurso para mediar as tensões entre o poder central e as forças políticas locais.

MILITARES E RACISMO

A compreensão da Ditadura Militar no Brasil é frequentemente limitada a uma análise da violência política perpetrada contra militantes de classe média, estudantes universitários e intelectuais brancos. No entanto, a obra de Lucas Pedretti (2024), "A Transição Inacabada", propõe um deslocamento desse olhar, como o regime autoritário esteve profundamente sustentado em uma estrutura racista. No centro dessa engrenagem ideológica operava o mito da democracia racial, sustentando a ideia de que o Brasil seria um país sem racismo, onde as relações entre brancos, negros e indígenas teriam se processado de forma pacífica e harmoniosa ao longo da história. Durante o regime iniciado com o golpe de 1964, essa narrativa não foi apenas um traço cultural, mas uma peça estratégica da Doutrina de

Segurança Nacional (DSN). Sob o amparo da falsa unidade nacional, qualquer tentativa de pautar o racismo como um conflito político era vista pelos militares como um ato de subversão.

Para compreender a violência do Estado contra a população negra na ditadura, segundo Pedretti (2024) é preciso olhar para a fundamentação intelectual do regime, produzida na Escola Superior de Guerra (ESG). O pensamento militar brasileiro partia de uma leitura religiosa, cristã e pautada na hierarquia e na ordem. Nesse sistema, a sociedade era vista como um organismo funcional que demandava a manutenção da paz social para o desenvolvimento nacional. A ESG procedia a uma interpretação histórico-cultural que definia o caráter nacional brasileiro a partir da premissa da miscigenação cultural. Em textos oficiais de 1964, os ideólogos militares descreviam a formação do povo brasileiro como uma admirável fusão de tradições, onde o negro teria se adaptado docilmente à senzala e servido bem ao senhor da Casa-Grande. Nessa visão, as manifestações de revolta, como os Quilombos e Palmares, eram descritas como heroicas, mas improdutivas, sendo o fim da escravidão atribuído não à luta negra.

Essa interpretação histórica servia para sustentar que a identidade brasileira era baseada na cordialidade e no pacifismo. Consequentemente, movimentos que buscavam transformações radicais ou que denunciavam o racismo eram lidos como exóticos, descolados da realidade nacional e perigosos para a unidade do país. Como afirma Pedretti (2024), a ditadura mobilizou seu aparato repressivo para monitorar e reprimir formas de associação cultural e política baseadas na luta antirracista, pois estas representariam uma ameaça ao objetivo nacional permanente de unidade.

A repressão militar contra a população negra não se limitou ao monitoramento ideológico. O regime autoritário foi um momento de aprofundamento do racismo institucional das forças de segurança. A militarização das polícias, subordinadas ao Exército como forças auxiliares, consolidou a lógica de uma guerra contra um "inimigo interno" que, na prática, tinha cor e território definidos. O aparato repressivo montado para perseguir dissidentes políticos utilizou-se da expertise acumulada historicamente no controle das chamadas "classes perigosas". Pedretti (2024) destaca o depoimento de um major da PM, Riscala Corbaje, que admitiu ter sido convocado para atuar no DOI-CODI devido à sua experiência em interrogar moradores de favelas. Isso demonstra uma mútua constituição entre o controle social e a repressão política: as técnicas de tortura e extermínio aplicadas contra a criminalidade comum

foram levadas para o campo político, enquanto a estrutura militarizada legitimava a violência contra os corpos negros nas periferias.

Neste viés, para Pedretti (2024) a ditadura assistiu ao crescimento expressivo de esquadrões da morte e grupos de extermínio, cujas vítimas majoritárias eram jovens negros e periféricos. Essas práticas eram frequentemente justificadas pelo senso comum racista que percebia o jovem negro morador de favela como um bandido por definição. Enquanto a tortura de militantes brancos universitários gerava denúncias internacionais, o extermínio da juventude negra era visto como uma medida necessária para garantir a segurança das pessoas de bem.

Um dos momentos mais significativos de enfrentamento ao mito da democracia racial ocorreu durante a campanha pela anistia, na segunda metade dos anos 1970. Em 1978, a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) marcou uma nova forma de atuação política, conectando a luta antirracista à defesa das liberdades democráticas. Segundo Pedretti (2024) durante o Congresso Nacional pela Anistia em 1978, o MNU apresentou uma tese que desafiava a dicotomia entre presos políticos e presos comuns. O movimento argumentava que a perseguição ao negro deveria ser pensada dentro de um espectro temporal maior, que remontava ao período escravista, classificando os quilombolas como as primeiras vítimas das perseguições políticas do país.

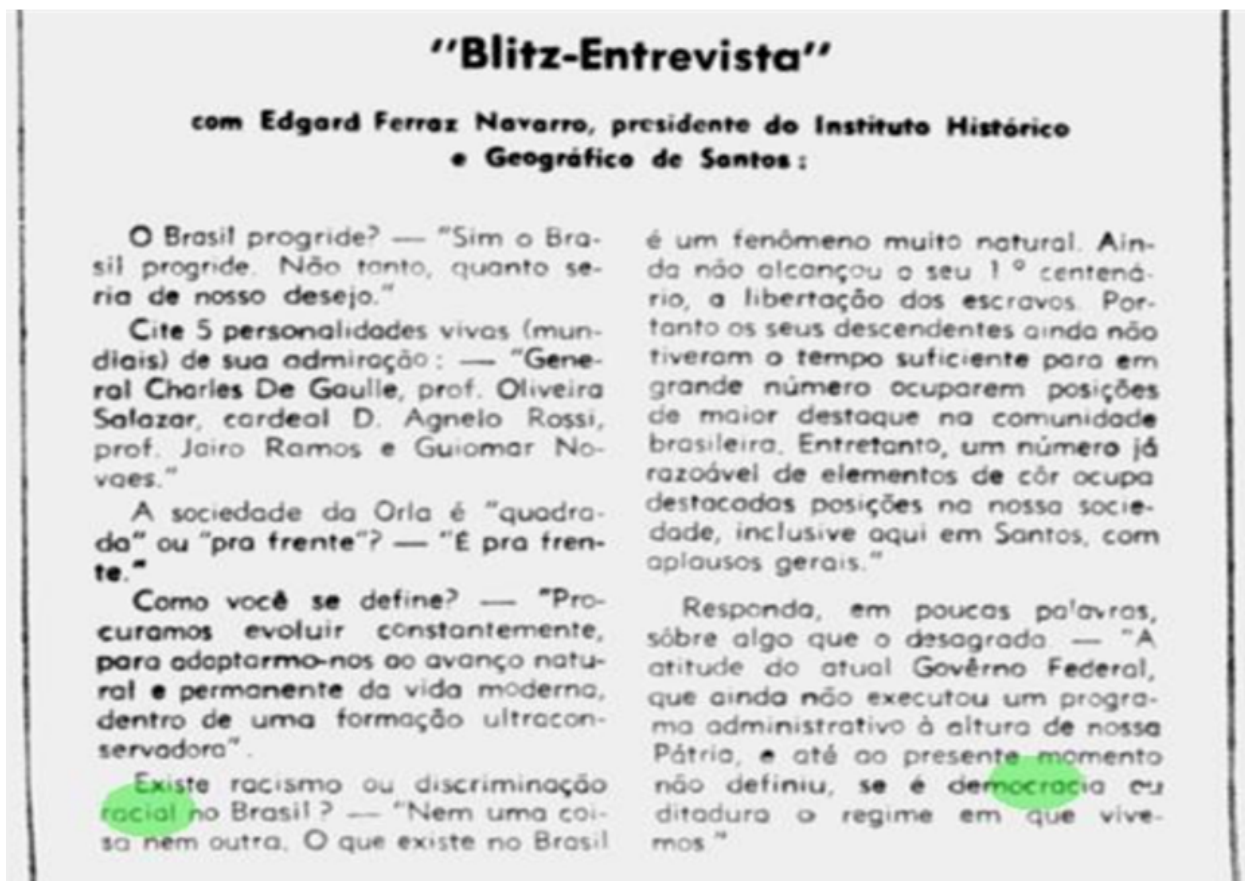
Portanto, os discursos sobre o suposto mito da democracia racial foi um pilar fundamental para a sustentação da ditadura militar, permitindo que o regime ocultasse o racismo institucional sob o manto da unidade nacional. A repressão militar não foi um parêntese na história de um país cordial, mas o aprofundamento de técnicas de controle social que sempre visaram a população negra. A transição política brasileira é inacabada porque falhou em desconstruir esse mito e as estruturas de violência que ele protege. Ao repudiar apenas a violência política e aceitar a violência urbana como um fenômeno natural, a sociedade brasileira permitiu que o autoritarismo sobrevivesse dentro da democracia.

DISCURSO NA IMPRENSA PARA LEGITIMAR RACISMO

Uma das formas de legitimar o racismo foi o uso de pessoas com relevância intelectual para velar o racismo estrutural. o que nos remete a teoria de Foucault (1996) no qual ele demonstra expõe que para que haja mobilização de pessoas a partir de discursos o orador deve ter poder, relevância social ou estar em um ambiente em que possa transmitir

confiança no quesito de que ali o indivíduo pode expor suas ideias, pois, devidos as circunstâncias serão aceitas. o que se encaixa no recorte apresentado a seguir:

Figura 01: Discursos do intelectual



Fonte: A tribuna, edição 00134, 08 de agosto de 1968.

Esta entrevista noticiada no jornal *A Tribuna* em que Edgard Ferraz Navarro, presidente do instituto histórico e geográfico de Santos, é indagado sobre o racismo no Brasil “Existe racismo ou discriminação racial no Brasil? — “nem uma nem outra, o que existe no Brasil é algo muito natural” (A Tribuna, 1968, p.11). Dessa forma, o regime utilizava dos discursos de outrem com relevância para legitimar e divulgar o mito da democracia racial. Porque a fala do presidente do IHGS é totalmente racista, pois, ele não é nenhum leigo para afirmar algo de tamanha gravidade usando de sua relevância para justificar os racismo e ocultar falsa união nacional. e na entrevista ele continua: “ Ainda não alcançou o seu 1º centenário, da libertação dos escravos. Portanto seus descendentes ainda não tiveram tempo suficiente para em grande número alcançar posições de destaques” (A Tribuna, 1968, p.11).

Nesse sentido, ele tenta justificar a ocupação de cargos públicos de relevância, cargos políticos e até mesmo pessoas com alto poder aquisitivo por pessoas majoritariamente brancas, no contexto da época ao fato de que a abolição da escravidão não tinha completado o seu centenário. O que ficou nas entrelinhas e a consciência dele da data da abolição e também do conhecimento de que mesmo com este ato a escravidão continuou, seja por comida, seja por falta de opção devido aos escravizados terem ficado ao “léu”, mas ele distorce seu discurso para ludibriar os ouvintes mostrando que estar tudo bem “algo natural”.

Portanto, para Janaina Bastos (2003) a colonização portuguesa, embora marcada por uma intensa mestiçagem, não foi movida por um espírito de igualdade. A ocupação do território valeu-se de práticas como o "cunhadismo", onde os colonizadores dominaram também mulheres indígenas, que, tomadas muitas vezes como esposas para firmar alianças com as comunidades locais e garantir sua própria sobrevivência e domínio. Esse processo, longe de ser uma união romântica natural, estava permeado por violência, especialmente sexual, contra as mulheres nativas e, posteriormente, contra as mulheres africanas escravizadas. A autora evidencia que a quase ausência de mulheres europeias no início da colonização forçou essas uniões, que foram então institucionalizadas e incentivadas pela Coroa Portuguesa, como no alvará de 1755 assinado por dom José I. Esse decreto não visava a celebração da diversidade, mas sim o povoamento estratégico do território e o incentivo ao casamento católico como forma de "limpeza de sangue", integrando o mestiço aos costumes europeus para que ele pudesse servir aos interesses do Império.

Dessa forma, a miscigenação é vista por Bastos (2023) como um mecanismo de branqueamento social desde os primórdios. O reconhecimento social do mestiço era condicionado à sua adequação às normas coloniais, criando uma hierarquia onde aquele que se aproximava do padrão europeu recebia concessões e privilégios que lhe eram negados se mantivesse vínculos com sua ancestralidade negra ou indígena. Essa fluidez na classificação racial, que permitia a alguns mestiços passarem por brancos, é criticada pela autora como uma estratégia que, em vez de eliminar o racismo, o consolidou através da valorização da branquitude em detrimento das outras raças. O mestiço tornou-se um sujeito da passagem, cuja existência servia ora para consolidar o colonialismo, ora para inviabilizar categorias raciais estanques que poderiam facilitar a organização de resistências contra o sistema. Assim quebra todo o argumento do Edgard Ferraz Navarro em dizer que foi algo natural.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL EM EVIDÊNCIA

[illegible]

Para melhor compreensão do leitor, transcrevi o texto para melhor relacionar com a imagem, segue abaixo a transcrição:

- QUESTÃO

Pelé não se deixou fascinar pela questão racial. Sendo preto, poderia ter pendores que o que não são de sua cor. Mas não os tem. O que é o senso de justiça. Se o branco maltrata o negro, ele sente. Se o branco que por preto é maltratado, ele sente. E não quer saber se foi o preto ou se foi o branco que inventou a bomba atômica. [...] Humano: isso que o Pelé quer ser.

- POR QUÊ?

Pelé não entende o choque entre raças, se todos são criaturas de Deus, por que afronta-lo com o ódio ? Deus fez o homem a sua imagem. Porque a autodestruição da imagem de Deus ? Pelé não fala como preto. Fala como gente para gente que quer viver. [...].

- EXEMPLO

Pelé diz que ele é um exemplo vivo de que na maior parte do mundo não existe discriminação. [...], - que preto é gente, que branco é gente. [...].

- ATRITOS

Pelé diz que esses choques, esses atritos raciais, não são exclusivo entre raças preta e branca. Diz que a história universal esta repleta de fatos comprovantes de que brancos se matam entre si, e que preto se liquidam entre eles. [...] A redenção dos negros faz parte da evolução das coisas. A tendência do mundo é a evoluir, sempre evoluir, jamais retroceder.

- INVERSO

Pelé não acredita em que exista, no Brasil, a propensão de segregar o preto. Pelo contrário: a confraternização das raças é cada vez mais constantes e mais potentes. [...].

- O BRASIL

Pelé lembra que, no Brasil, pelo o que dizem estatísticas, 71% dos que praticam o futebol pertencem a raça negra. E o Brasil nem se dá conta disso, porque o Brasil tem coisas muito mais sérias, muito mais preocupantes e muitíssimo mais humanas em que pensar. [...].

- ÍDOLOS

Pelé recorda que o primeiro ídolo do futebol brasileiro, Arthur Friedenreich, não era branco, e que Domingos da Guia era mulato, e que Leônidas da Silva era negro. [...].

- CRISTINA

Pelé conclui: “Eu e minha esposa somos como que o símbolo da confraternização entre raças. Enquanto uns se segregam, outros se unem para provar que cor não dá nem tira coração de ninguém”. [...].

Neste viés, antes de discorrer sobre este recorte, ressalto que o texto foi escrito por ⁵De Vaney, nome artístico de Adriano Neiva da Motta e Silva e a charge produzida por ⁶José Carlos Lôbo, conhecido por fazer mais de 100 charges de Pelé.

Dessa forma, Pelé afirma que "não fala como preto", mas "fala como gente" e busca o "humano". Essa declaração mostra o que Lilia Moritz Schwarcz (2024) define como a onipotência invisível da branquitude. Segundo ela, pessoas brancas tendem a perceber suas realizações como universais, não se racializando. Enquanto negros são vinculados a seus fenótipos e origens, a branquitude permanece imune, como se fosse uma não cor ou a norma neutra da humanidade.

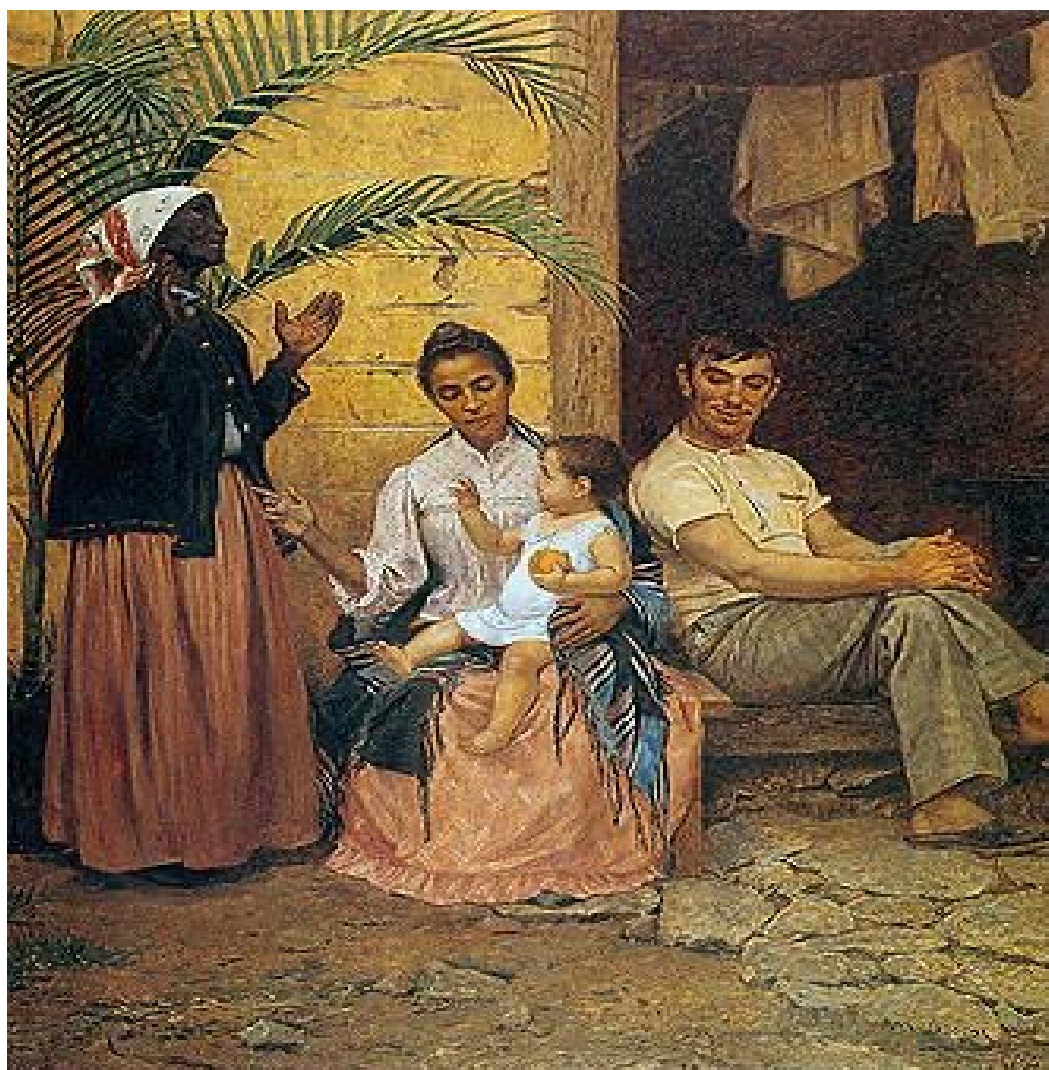
Quando Pelé opta por falar "como gente", ele adere a um discurso que, historicamente, foi moldado pelas elites brancas para tentar suprimir o conflito racial. Schwarcz (2024) explica que a branquitude se transforma na norma que não precisa ser nomeada, permitindo que o grupo dominante classifique o outro enquanto permanece não classificado. Ao dizer que a cor não dá nem tira o coração de ninguém, Pelé reforça a utopia de uma democracia plena que, no entanto, ignora o racismo estrutural que organiza as relações reais no Brasil.

Um dos pontos mais marcantes dos recortes é a menção de Pelé à redenção dos negros como parte da evolução das coisas. Esse vocabulário não é acidental; ele remete diretamente às teorias de branqueamento do final do século XIX e início do XX, simbolizadas pela tela *A Redenção de Cam* (1895), de Modesto Brocos. De certo modo, existe toda uma romantização do racismo já instituído, em que o próprio discurso se manifesta como racista e age como reforço daquilo que já está instituído socialmente. Ao apontar que o jogador de futebol supostamente não via a existência de racismo, nem mesmo de cores, por todos serem pessoas criadas a partir de Deus, utiliza dos discursos religiosos para instituir a condição de humano.

⁵ De Vaney, nome artístico de Adriano Neiva da Motta e Silva (Ribeirão Preto, 22 de Fevereiro de 1907 - Santos, 30 de janeiro de 1990) foi um cronista e um dos maiores nomes do jornalismo esportivo brasileiro, e o que mais ganhou prêmios em sua carreira. Recebeu a alcunha de poeta da crônica esportiva brasileira.

⁶ J. C. Lôbo (José Carlos Lôbo) foi um renomado jornalista e chargista brasileiro, amplamente conhecido por ser o recordista em ilustrações e charges do Rei do Futebol, Pelé.

Imagem 01: Redenção de Cam (1895), de Modesto Brocos.



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes

A obra de Brocos serve como um instrumento que ilustra a tese de que, através da miscigenação, o negro passaria para o branco em três gerações. Na tela, a avó negra agradece aos céus pelo neto branco, sinalizando a graça recebida do clareamento. Pelé, ao falar em evolução e progresso, reproduz a ideia de que o Brasil é um "laboratório racial" onde a mistura levaria a uma depuração. Schwarcz (2024), observa que o branqueamento social no Brasil permitiu que pessoas que enriqueciam ou ganhavam fama fossem consideradas mais brancas. Pelé, como ícone global, tornou-se o exemplo máximo desse embranquecimento simbólico pelo prestígio, o que explicaria sua percepção de que não existe discriminação na maior parte do mundo.

Pelé utiliza as estatísticas do futebol (71% de negros) e a memória de ídolos como Arthur Friedenreich, Domingos da Guia e Leônidas da Silva para provar a inexistência de segregação. Schwarcz (2024) confirma que, a partir dos anos 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, o futebol foi um dos pilares da estetização da democracia racial. Junto disso, a narrativa do impresso não discute sobre o futebol brasileiro e sua origem sustentada pelas classes populares, logo, em um país com sua maioria pobre e negra e ser um esporte praticado por populares, Péle se configura como um mais um dos vários jogadores negros que tanto se destacaram como buscaram o futebol para melhoria de vida. por outro lado, levo em consideração as observações de Collins e Bilge (2021), ao investigarem sobre as condições e acesso dos jogadores ao esporte de elite, sendo o futebol atarvessado por discursos e ações meritocráticas que silenciam as desigualdades e investem a narrativa do sucesso e condições iguais, principalmente a Copa Fifa do Mundo (Collins; Bilge, 2021).

O esporte, antes de elite e branco, foi progressivamente associado às populações de origem africana como forma de exaltar uma identidade mestiça. No entanto, Schwarcz (2024) alerta que essa valorização da mestiçagem foi uma redenção verbal que não se concretizou no dia a dia. Embora o negro tenha ganhado “patente” no samba e no futebol, ele continuou discriminado nas esferas da justiça, do trabalho e da saúde. Pelé evoca a harmonia do campo de futebol para mascarar o fato de que, fora dele, a população negra constitui a maioria minorizada: majoritária em números, mas minoritária em representação política e econômica.

A fala de Pelé sobre seu casamento como "símbolo da confraternização entre raças" é a personificação do mito da mestiçagem. Schwarcz (2024) discute como o discurso oficial no Brasil costuma destacar a mistura em detrimento da diferença e da desigualdade.

Esse fenômeno é o que Cida Bento (2022) denomina como pacto narcísico da branquitude: um acordo não verbalizado entre brancos para manter privilégios, enquanto se celebra a imagem de um país amalgamado. Pelé, ao afirmar que o Brasil tem "coisas muito mais sérias em que pensar" do que a questão racial, colabora com o silenciamento e a amnésia social. As fontes mostram que o racismo no Brasil é um crime perfeito, pois permite que quem o comete sinta que não há culpados, apenas uma harmonia onde o conflito é negado.

Os recortes mostram Pelé afirmando que o Brasil não tem a propensão de segregar o preto. Schwarcz (2024) explica que essa percepção decorre de uma construção histórica que representou a abolição da escravidão como uma dádiva da monarquia e não como uma conquista popular.

Imagens oficiais e monumentos, como as estátuas da Princesa Isabel, fixaram a ideia de uma abolição benévola, em que o negro aparece em posição de agradecimento e submissão. Essa narrativa gerou o que Schwarcz (2024) chama de racismo à la brasileira: um sistema que rejeita a segregação legal (como o *apartheid*), mas mantém a hierarquia na intimidade e no costume. Ao dizer que o Brasil ignora a raça dos jogadores de futebol porque tem preocupações mais humanas, Pelé opera dentro dessa lógica de negligência planejada, onde a desigualdade é naturalizada como se fosse apenas uma questão de mérito ou esforço individual.

O discurso de Pelé serve como prova da eficácia simbólica do mito da democracia racial. Ele acredita na confraternização cada vez mais constante, ignorando que, como mostra Schwarcz (2013) a sociedade brasileira ainda é o oitavo país mais desigual do mundo, onde pessoas negras recebem menos pelos mesmos trabalhos e morrem mais cedo.

Pelé fala como o personagem que a branquitude criou para si: o negro que venceu pelo talento (mérito) e que, por isso, nega a existência do sistema que oprime seus iguais. Como define Achille Mbembe, citado por Schwarcz (2024), nessas representações as pessoas negras vêem seus corpos e pensamentos operados a partir de fora. O Pelé dos recortes não é apenas um homem; é um monumento discursivo à harmonia racial, tão estático e problemático quanto o Monumento às Bandeiras em São Paulo, que busca congraçar a união das etnias enquanto oculta a violência da dominação.

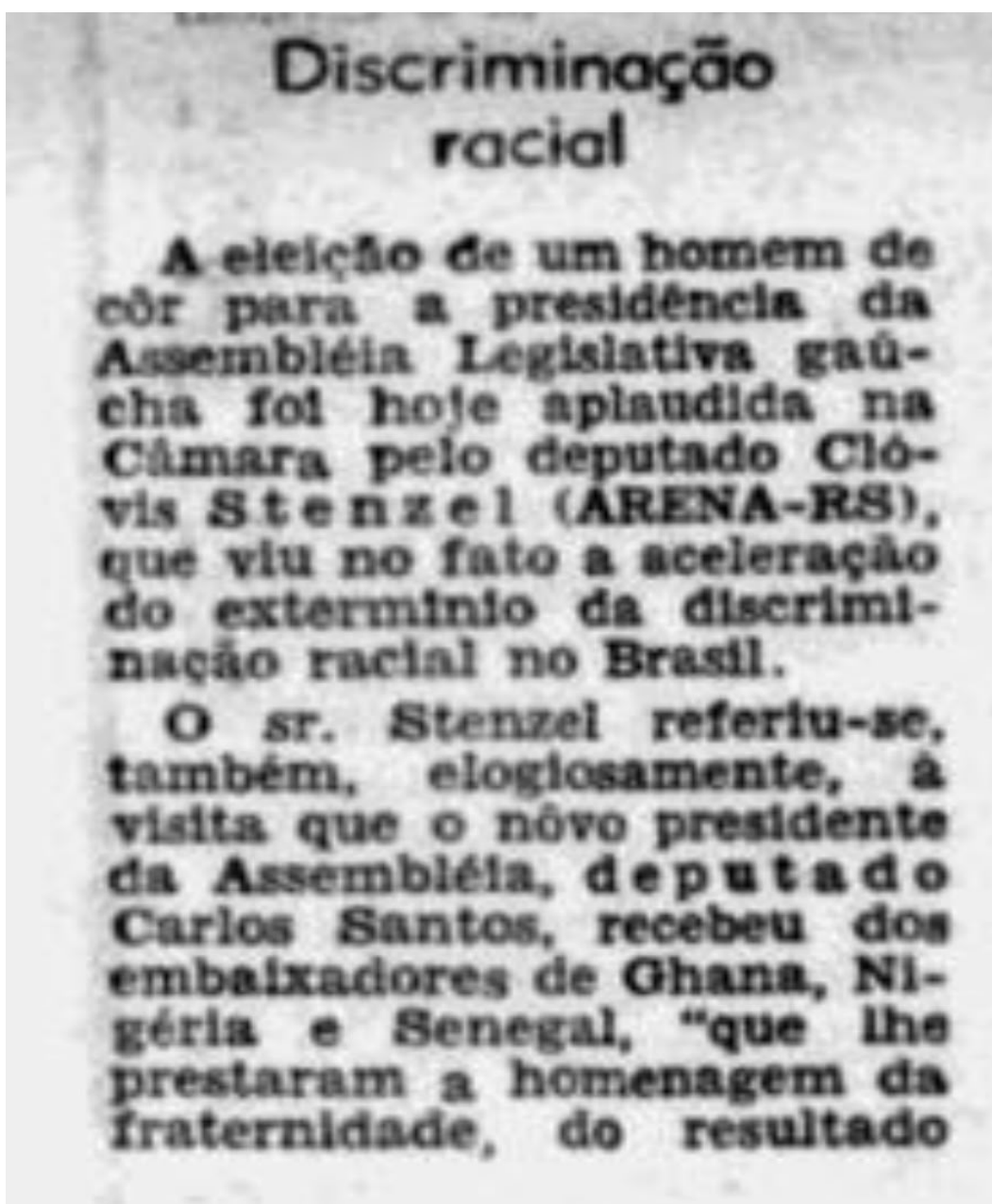
Portanto, isto nos remete a Lucca (2008), no qual sua metodologia diz que uma edição de um jornal, não pode ser vista como uma literatura neutra, sem influências, ou seja, toda essa retórica em volta do Pelé não foi vão. Diante o período de repressão que o Brasil estava vivendo no momento de maior repressão da ditadura, prestes a eclodir o Ato institucional 05. Principalmente por Santos/SP ser uma cidade com a população majoritariamente composta por negros, usar uma figura que atinge todas as classes e um discurso estereotipado serve como aporte para justificar uma suposta harmonia racial.

UM NEGRO E UMA CHANCE PARA REFORÇAR O MITO

A *Tribuna* não perdia a oportunidade quando via um negro em posição de destaque, para justificar o mito da democracia racial, alegando que no Brasil, a discriminação a respeito da cor estava acabando em detrimento disso os negros estão alcançando posições privilegiadas. Todavia o que chama atenção é que os exemplos utilizados são raras exceções e não em quantidade considerável, pois, no Brasil não existia harmonia étnica nenhuma. O que existia

e existe é um racismo velado, para justificar uma falsa união nacional em um período de grande repressão política. segue abaixo um recorte exemplificando isto.

Imagem 03: Um exemplo para justificar o mito



Fonte: A Tribuna, edição 0012, 08 de abril de 1967.

O aplauso do deputado Clóvis Stenzel à eleição de Carlos Santos como evidência do fim do racismo ilustra o que Bento (2022) define como o pacto narcísico da branquitude conceituado no tópico anterior. Quando um homem negro ascende a um cargo de poder, o discurso da branquitude apressa-se em transformar esse evento em uma prova de que o

sistema é aberto e meritocrático, ignorando que os altos postos de comando no Brasil possuem uma cota não explicitada de 100% para brancos.

O gesto do deputado pode ser lido como uma tentativa de limpar a imagem da instituição. Como Bento (2022) observa, as organizações (e o Estado é a maior delas) constroem narrativas sobre si mesmas que invisibilizam a exclusão. Ao focar no fato de um homem negro, o deputado silencia o fato de que, historicamente, esses espaços foram reservados exclusivamente a homens brancos, mantendo seus privilégios através de um pacto de cumplicidade não verbalizado.

O autoritarismo e o nacionalismo citados por Bento (2022) também se manifestam nesse recorte. A celebração de Stenzel, representante da ARENA (partido de sustentação do regime militar), reflete um projeto de país que negava o conflito racial para manter a ordem. O mito da democracia racial servia perfeitamente a esse propósito, pois ofereceu uma justificativa que isenta a sociedade branca da responsabilidade sobre a discriminação racial e, por conseguinte, culpabiliza a população negra por qualquer fracasso.

Frantz Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2008), descreve como o homem negro é sobredeterminado pelo exterior. Carlos Santos, no momento de sua posse, não é visto apenas como um parlamentar competente, mas como um homem de cor que precisa representar a superação de uma raça. O deputado Stenzel não vê o indivíduo, mas o objeto que serve para confirmar sua tese política. Fanon (2008) explica que no mundo branco, o homem de cor encontra dificuldades na elaboração de seu esquema corporal, pois é constantemente fixado pelo olhar do branco como uma curiosidade ou uma exceção.

A celebração do fato mencionada pelo deputado remete ao que Fanon (2008) chama de ser escravo da própria aparência. Para a branquitude, a presença de Carlos Santos ali é um show, uma atuação que os reconcilia com sua própria consciência, permitindo-lhes dizer: em nossa casa o preconceito de cor não existe!. No entanto, Fanon (2008) alerta que essa aceitação é condicional. O negro é aceito desde que use a máscara branca, ou seja, desde que se comporte de acordo com os padrões da civilização metropolitana e não questione as bases do poder branco.

Cida Bento (2022) discute exaustivamente como a ideia de mérito é usada para justificar desigualdades. No caso gaúcho, a eleição de um homem negro é usada para validar um sistema que, na verdade, é excludente. Bento afirma que a meritocracia pretende criar uma elite que se considera virtuosa, ignorando que os pontos de partida de brancos e negros são diferentes devido à herança escravocrata nunca reparada.

A ascensão de um negro a um posto de grande relevância, como o de Carlos Santos, costuma gerar desconforto silencioso ou tentativas de cooptação. Bento (2022) relata que os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Quando a ocupação desse espaço ocorre, a estratégia do grupo dominante é individualizar o sucesso para não ter que discutir o racismo institucional que mantém a massa da população negra na base da pirâmide social.

O deputado Stenzel, ao falar em "aceleração do extermínio da discriminação", opera uma inversão lógica. Ele usa um caso de sucesso para ocultar o genocídio da população negra e a necropolítica que Bento (2022) denunciam como as verdadeiras faces do Estado brasileiro, sendo possível perceber ainda tal relação com os apontamentos sobre necropolítica, de Mbembe (2018). Enquanto um negro preside a assembleia, milhares de outros continuam sendo alvos preferenciais do sistema penal e da violência policial, fenômeno que Bento descreve como a distribuição da morte regulada pelo racismo.

O segundo recorte menciona a visita de embaixadores de Gana, Nigéria e Senegal como uma homenagem à fraternidade". Aqui, a análise de Fanon (2008) sobre o desejo de universalismo e o reconhecimento é fundamental. Fanon argumenta que o negro quer ser branco no sentido de querer acessar os privilégios da condição humana que a branquitude sequestrou para si. A visita diplomática africana é lida pelo deputado Stenzel como um selo de aprovação internacional para o Brasil, reforçando a imagem de país cordial.

Contudo, Fanon (2008) critica a fraternidade que não se baseia em uma luta real por libertação, mas em concessões do senhor. O negro alforriado ou promovido pelo branco muitas vezes ignora o preço da liberdade, pois não lutou por ela nos termos de um confronto dialético. Para Fanon, o reconhecimento autêntico só ocorre quando há risco e combate, e não quando é uma doação paternalista da elite branca.

Essa homenagem da fraternidade pode ser vista como uma forma de alienação intelectual. Bento (2022) observa que muitas vezes a celebração da diversidade é uma armadilha, pois se desarticula da desigualdade social real. Ao focar na fraternidade com nações africanas distantes, o Estado brasileiro da época desviava o olhar do racismo doméstico, das favelas e do problema nas relações entre negros e brancos dentro do próprio território.

Cida Bento (2022) utiliza o conceito de amnésia coletiva ou ignorância branca (Charles Mills) para explicar como a sociedade brasileira escolhe esquecer a brutalidade da escravidão para manter uma imagem positiva de si mesma. O discurso de Clovis Stenzel é a

materialização dessa amnésia. Ao ver o extermínio da discriminação em uma foto, ele opera um esquecimento ativo de quatro séculos de expropriação e violência.

O pacto narcísico exige que o grupo branco apague e esqueça os atos anti-humanitários que seus antepassados praticavam. Celebrar a eleição de Carlos Santos permite que a elite branca gaúcha sinta que pagou sua dívida, sem nunca ter realizado reformas estruturais ou reparações. É o que Bento chama de higienização da usurpação.

Fanon (2008) complementa essa ideia ao dizer que o branco está fechado na sua brancura e o negro na sua negrura dentro deste sistema de espelhos distorcidos. O branco precisa do negro "evoluído" para se sentir civilizado, enquanto o negro, muitas vezes, é levado a acreditar que para o negro, há apenas um destino. E ele é branco. A eleição relatada, no contexto de 1970, foi utilizada como uma poderosa peça de propaganda desse destino embranquecido e harmônico pelo jornal *A Tribuna*.

Como afirma Cida Bento (2008), "não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos" decorrente de um sistema que assegura privilégios a um grupo à custa do outro.

A eleição de Carlos Santos, embora historicamente relevante, foi capturada pelo discurso do Mito da Democracia Racial para produzir um silêncio cúmplice sobre o racismo institucional que continuava a operar. Para Fanon (2008), a verdadeira desalienação exigiria não apenas um fato na presidência, mas uma tomada de consciência das realidades econômicas e sociais e a destruição da zona de não-ser onde a maioria da população negra permanece confinada. Enquanto a branquitude aplaudia a fraternidade e o fim da discriminação, ela continuava a regular a distribuição da morte e a manter os pés de barro do sistema meritocrático. A história contada pelo deputado era a história que, como diz o samba-enredo citado por Bento (2008), "a história não conta": a história das invasões, do sangue retinto pisado e do herói emoldurado para esconder a opressão.

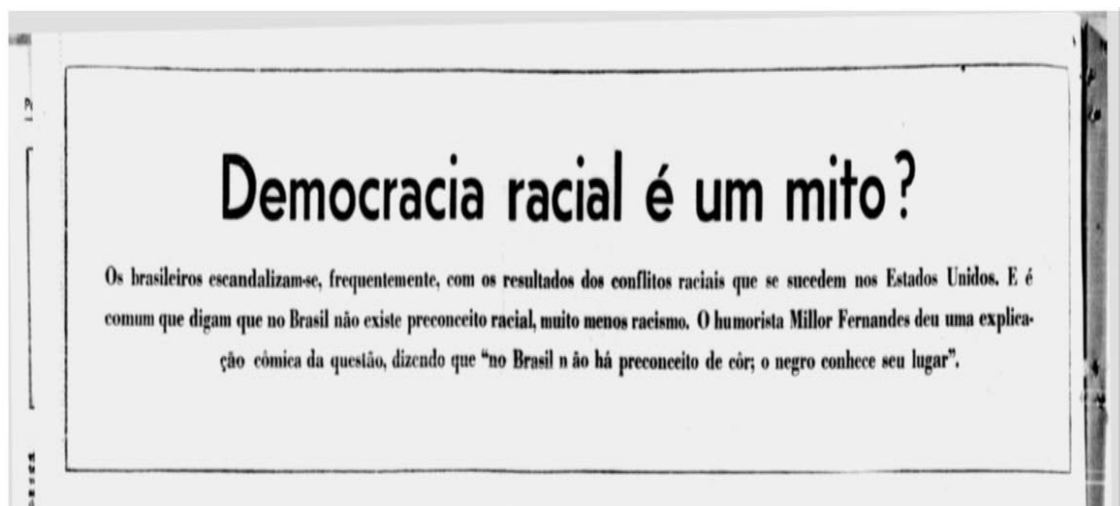
Portanto, esta retórica a partir de uma figura negra servia para *A Tribuna* justificar o mito da democracia racial, entretanto, foi necessário utilizar um exemplo do Rio Grande do Sul. Santos com sua população majoritariamente negra, a reportagem serve para demonstrar que eles podiam chegar a grandes cargos, negando o racismo.

O LUGAR DO NEGRO

O recorte abaixo *A Tribuna* utiliza de uma piada para velar o racismo e o próprio mito da democracia racial, nos evidenciando que o não existe segregação racial e que o mito não passa de uma brincadeira. Também tenta mostrar que esse é um problema do exterior e não do

Brasil, lá sim tem segregação, mas no Brasil a harmonia racial é que predomina. Diante um período de repressão querendo afirmar uma falsa união nacional.

Imagem 04: É apenas um mito?



Fonte: A Tribuna, edição 00067, 08 de março de 1967.

O ensaio sociológico *Branco e negro em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandes (2013), constitui o marco zero da desconstrução científica do mito da democracia racial no Brasil. A obra demonstra que, longe de ser um paraíso de harmonia interétnica, a sociedade brasileira — exemplificada pela metrópole paulistana — opera sob um sistema complexo e camuflado de exclusão que os autores definem como o preconceito de não ter preconceito.

Os brasileiros frequentemente se escandalizam com o racismo segregacionista dos Estados Unidos para reafirmar a suposta superioridade moral do modelo nacional. Segundo o recorte acima, a situação racial brasileira era vista pela ideologia predominante como contrastante com a norte-americana, marcada pela ausência de discriminação devido à forte miscigenação. No entanto, Fernandes e Bastide (2013) argumentam que essa percepção é uma construção ideológica que mascara a realidade.

O brasileiro médio cultiva o ideal de democracia racial não como uma prática, mas como um mecanismo de defesa psíquica e social. Esse preconceito de não ter preconceito impede que o racismo seja combatido, pois nega a sua própria existência, transformando o crime de racismo. Enquanto o branco abraça o negro formalmente, ele o mantém relegado às camadas mais baixas da sociedade, sem oferecer meios reais de ascensão.

A frase humorística de Millôr Fernandes "no Brasil não há preconceito de cor; o negro conhece seu lugar" encontra eco profundo nas análises de Florestan Fernandes sobre o estado de acomodação. Na transição do regime escravocrata para a sociedade de classes, o preconceito de cor não desapareceu; ele apenas mudou de função.

No antigo regime senhorial, a cor era um símbolo inelutável de posição social: o branco era o senhor e o negro era o escravo. Com a Abolição, essa identidade automática foi quebrada juridicamente, mas não socialmente. O negro foi lançado à "liberdade" sem garantias econômicas ou assistência, resultando em uma autêntica espoliação. Assim, o negro passou a ocupar o "seu lugar" na base da nova pirâmide social não por escolha, mas por uma herança de desajustamentos.

O preconceito, portanto, assume formas justamente porque faz parte desse estado de acomodação. Se o negro aceita sua posição subalterna e respeita a etiqueta da polidez, ele é tratado com bondade paternalista pelas famílias tradicionais. O conflito só emerge quando o "novo negro" educado e consciente tenta forçar a situação e ocupar cargos de mando ou frequentar espaços de elite.

A democracia racial é revelada como mito através das inúmeras barreiras raciais que filtram a ascensão do homem de cor. Fernandes e Bastide (2013) descrevem o processo de ascensão do negro não como uma subida aberta, mas como uma infiltração. Trata-se de uma gota negra após outra passando lentamente por um filtro controlado pelas mãos do branco.

Segundo Fernandes e Bastide (2013) essas barreiras manifestam-se em diversos setores:

1. **No Mercado de Trabalho:** Existe uma resistência obstinada em permitir que negros ocupem postos de direção. O branco aceita o negro como operário ou subordinado, mas sente uma degradação coletiva ao ser mandado por um superior de cor. Termos como boa aparência em anúncios de emprego são códigos sociais para excluir candidatos negros de cargos que envolvem contato com o público.
2. **Na Educação:** Embora a escola pública seja formalmente aberta, o estudante negro enfrenta "feridas de amor-próprio" e brigas constantes com colegas, muitas vezes incentivadas pelo preconceito que os pais brancos inculcam nos filhos. Isso gera um horror à escola que desestimula a permanência do aluno de cor.
3. **Nos Círculos Sociais:** A exclusão é nítida em clubes, bailes e piscinas. Mesmo negros que alcançam sucesso financeiro ou profissional (como médicos ou advogados)

encontram a oposição velada dos salões, sendo admitidos apenas como exceções que confirmam a regra da inferioridade da massa. (FERNANDES, 2013, p.166).

A manutenção do mito depende da perpetuação de estereótipos que justificam a posição inferior do negro. O folclore paulistano está impregnado de ditos que representam o negro como socialmente inferior (negro, quando não suja na entrada, suja na saída) ou biologicamente bruto (trabalhar é para negro).

Essas representações coletivas servem para manter a distância social. Mesmo quando o negro sobe na escala social, ele é alvo da mística da branquidade, sendo elogiado como alguém que tem alma de branco. Essa expressão é a negação última da identidade negra: para ser aceito, o negro precisa abdicar de sua negritude e assimilar os valores do dominador.

As fontes discutem a eficácia da Lei Afonso Arinos (1951) como uma tentativa de punir o preconceito. No entanto, as reações no "meio negro" foram divergentes. Enquanto alguns viram a lei como um reconhecimento oficial do racismo no Brasil, outros a consideraram inócua, uma lei que dormirá o sono tranquilo das gavetas.

O projeto de Florestan e Bastide (2013) ressalta que nunca houve lei alguma que pudesse desarraigar sentimentos profundos sem uma mudança na supremacia econômica do branco. A lei ataca os sintomas (a recusa em hotéis ou restaurantes), mas não a causa estrutural da desigualdade racial, que é a manutenção do negro na plebe urbana.

O recorte conclui que a democracia racial no Brasil é um mito social que cumpre uma função política de controle. Ao negar o conflito, a sociedade brasileira impede que o negro se organize coletivamente como uma raça consciente de seus direitos. O preconceito brasileiro, por ser discreto e brando, é muitas vezes mais insidioso que o segregacionismo aberto, pois retira das vítimas o objeto claro de sua revolta, forçando-as a lutar contra uma barreira de névoa e polidez amável.

CONSIDERAÇÕES

A investigação permitiu compreender que o mito da democracia racial não foi apenas uma analogia folclórica ou um traço cultural passivo, mas uma ferramenta política estratégica de legitimação para o regime autoritário. Através das páginas do jornal *A Tribuna*, o regime militar conseguiu projetar uma imagem de unidade nacional e harmonia étnica, silenciando as contradições sociais e a violência estatal que incidia prioritariamente sobre os corpos negros.

O jornal *A Tribuna* desempenhou um papel central nesta engrenagem. Sendo o único diário da Baixada Santista a sobreviver e prosperar durante todo o período ditatorial sem

sofrer ataques às suas instalações, ao contrário de seus concorrentes *O Diário* e *Cidade de Santos*, o periódico consolidou uma relação de convivência e cooperação com o poder militar. Esta hegemonia, mantida pela família Santini, permitiu que o jornal atuasse como um braço de sustentação ideológica, transformando a notícia em um espaço de reprodução dos valores da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A escolha da cidade de Santos/SP como objeto de estudo mostrou-se fundamental para desmistificar a harmonia racial. Santos/SP, conhecida como a "Moscouzinha" por seu vigor operário, possuía uma classe trabalhadora majoritariamente negra e nordestina, que foi alvo de vigilância extrema. A pesquisa mostrou que o regime militar utilizou mapeamentos de lideranças sindicais realizados ainda no governo JK para perseguir aqueles considerados subversivos, muitos deles negros que lutavam por reformas de base.

O uso do navio Raul Soares como presídio e centro de tortura no porto de Santos simboliza o ápice dessa repressão, que o discurso oficial da época tentava ocultar sob o do milagre econômico. Enquanto a propaganda estatal e o jornal *A Tribuna* celebravam o desenvolvimento, a população negra e periférica era excluída dos frutos desse crescimento e submetida a um aparato repressivo que militarizou as polícias e consolidou o racismo institucional.

A análise dos recortes do jornal evidenciou como figuras de grande relevância social foram mobilizadas para validar o mito da democracia racial:

Pelé e a Onipotência da Branquitude: O jornal utilizou a imagem de Pelé para promover a ideia de que a ascensão social no Brasil seria puramente meritocrática. Ao declarar que "não falava como preto", mas "como gente", Pelé aderiu à norma neutra da branquitude, servindo como um monumento discursivo que negava o racismo estrutural em troca de um prestígio que o "embranquecia" simbolicamente.

Carlos Santos e o Excepcionalismo: A eleição de Carlos Santos como deputado foi explorada por *A Tribuna* para provar o fim da discriminação. Este gesto, analisado sob a ótica do pacto narcísico da branquitude, servia para limpar a imagem das instituições e desviar o foco da exclusão histórica da massa negra dos espaços de poder.

A Naturalização Intelectual da Desigualdade: Entrevistas como a de Edgard Ferraz Navarro mostra a sofisticação do racismo à brasileira, que justificava a ausência de negros em cargos de prestígio como algo natural, decorrente de um suposto pouco tempo desde a abolição. Esse discurso ignorava deliberadamente que a abolição foi um ato que lançou os ex-escravizados à própria sorte, sem reparações ou garantias.

A pesquisa permite afirmar que o racismo no Brasil, conforme exposto em *A Tribuna*, opera através de um preconceito de não ter preconceito. Ao comparar o modelo brasileiro com o segregacionismo aberto dos Estados Unidos, o jornal reforçava a ideia de uma superioridade moral nacional, enquanto mantinha o negro em “seu lugar” através de barreiras invisíveis no mercado de trabalho, na educação e nos círculos sociais.

A democracia racial brasileira aborda um mecanismo de defesa psíquica e social da elite branca, que permite a manutenção de privilégios. O uso de piadas e anedotas para velar o racismo, como identificado em recortes de 1967, demonstra como a negação do conflito retira das vítimas o objeto claro de sua revolta, dificultando a organização coletiva contra a opressão.

Em suma, esta pesquisa demonstra que o período da Ditadura Militar não foi apenas uma era de violência política, mas um momento de aprofundamento do racismo institucional protegido pelo mito da democracia racial. O jornal *A Tribuna* foi um ator político ativo nesse processo, mediando as tensões entre o poder central e a realidade local de Santos/SP, muitas vezes sacrificando a verdade factual em favor de uma narrativa harmoniosa que atendia aos seus interesses econômicos e políticos.

A transição política brasileira permanece inacabada porque falhou em desconstruir as estruturas de violência e os mitos raciais que o regime militar tão eficazmente utilizou. A política de esquecimento e a ausência de punições para os crimes do regime permitiram que o autoritarismo e o racismo estrutural sobrevivessem dentro da democracia formal.

Portanto, o discurso do jornal *A Tribuna* durante os anos de chumbo é essencial não apenas para o ofício do historiador, mas para a sociedade atual, que ainda lida com a meritocracia e o silenciamento como formas de perpetuar a desigualdade. Compreender como o racismo foi velado no passado é o primeiro passo para confrontar os episódios de racismo cotidiano que ainda marcam o Brasil contemporâneo. A memória da luta pela autonomia de Santos/SP e a denúncia dos mecanismos de invisibilidade do racismo são pilares fundamentais para a construção de uma democracia plena e verdadeiramente antirracista.

REFERÊNCIAS:

ARAUJO, Dayane Santos. **A ditadura civil-militar em Santos-SP: uma cidade combativa**. Recife: ANPUH, 2019.

AREND, Silvia Maria Fávero (org.). **Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960-1980)**. Curitiba: CRV, 2014.

A TRIBUNA. **A Tribuna 130 anos: política e tempos conturbados**. Santos. 2025. Disponível em:

www.atribuna.com.br/cidades/a-tribuna-130-anos-politica-e-tempos-conturbados-1.407069#.

Acesso em: 15 de jan. 2026.

A TRIBUNA. **A metamorfose da tribuna com os avanços tecnológicos**. Santos. 2024. Disponível em:

www.atribuna.com.br/cidades/santos/a-metamorfose-de-a-tribuna-com-os-avancos-tecnologicos-1.443872# . Acesso em 15 de jan. 2026.

BASTOS, Janaína. **Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e polarização racial no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Matrix, 2023.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. 1. ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2013.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Rio de Janeiro, 1946.

BROCOS, Modesto. **A Redenção de Cam**. 1895. 1 original de arte, óleo sobre tela, 199 x 166 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

CASSANIGA, Taffarel. **Boletim do Tempo Presente**. vol. 14. nº. 02, p. 96-123, Abr/Jun. 2025 .Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempopresente> ISSN - 1981-3384. Acesso em: 04 de abr. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CAMPOS, Maria José. **Arthur Ramos: luz e sombra na antropologia brasileira**. Uma versão da democracia racial no Brasil nas décadas de 1930 e 1940. São Paulo, 2002. 281f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo (USP).

CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (Brasil). *Violão de rua*. Organização do Centro Popular de Cultura da UNE. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 31–56.

LEONCINI, Gabriel Augusto Assunção. **A ideia de progresso através do Jornal A Tribuna da cidade de Santos no contexto do milagre econômico brasileiro (1968-1973)**. Repositório UFU, Uberlândia. 2025. Disponível em: <repositorio.ufu.br/handle/123456789/47196>. Acesso em: 15 de jan. 2026.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

OJEA, Matheus Degásperi. O discurso do jornal a tribuna sobre a eleição e a cassação de Esmeraldo Tarquinio. **Revista Eletrônica Leopoldianum**, Santos. 2021. Disponível em: <e.periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/1271>. Acesso em: 15 de jan. 2026.

PEDRETTI, Lucas. **A transição inacabada**: violência de Estado e direitos humanos na redemocratização. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

PETROLEIRO, Movimento. **A tribuna completa 120 anos**: nada a comemorar. SindiPetro-LP, Santos. 2014. Disponível em: www.sindipetrolp.org.br/noticias/19916/a-tribuna-completa-120-anos-nada-a-comemorar. Acesso em: 15 de jan. 2026.

PORTINARI, Cândido. **Retirantes**. 1944. 1 original de arte, óleo sobre tela, 190 x 180 cm. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), São Paulo.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Imagens da branquitude**: a presença da ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2013. (Coleção Agenda Brasileira).

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968**: o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.